

# IMPACTOS DO GOLPE DE ESTADO DE 2016 EM TERRITÓRIOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: o caso do Complexo de Suape/PE

Rebeca Gomes de Oliveira Silva

Iris Pontes Soares

Elizângela Cardoso de Araújo Silva

Éricka Vieira de Souza

**Resumo:** O presente ensaio visa expor os resultados de um estudo sobre os impactos do golpe de Estado de 2016, no Brasil, em territórios onde há conflitos socioambientais e o aprofundamento destes com a pandemia, tomando como referência empírica o território onde hoje está instalado o Complexo Industrial e Portuário de Suape em Pernambuco. Neste artigo destacamos a particularidade do Estado na América Latina, o golpe jurídico-midiático como alternativa burguesa para a crise estrutural e a corrida do capital pela apropriação dos recursos naturais como parte das estratégias de expropriação. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental. O processo investigativo nos evidenciou que o golpe de Estado vivenciado no Brasil integra o grupo de golpes que ocorreram na América Latina durante a primeira e a segunda década do século XXI, sendo um dos objetivos era/é possibilitar que as grandes corporações apropriem-se dos recursos naturais desse subcontinente, intensificando, assim, os conflitos socioambientais, como revela o território onde hoje é Suape.

**Palavras-chave:** Golpe de Estado. Complexo de Suape. Conflitos Socioambientais. Pandemia.

**Abstract:** This essay aims to expose the results of a study on the impacts of the 2016 coup d'état in Brazil, in territories where there are socio-environmental conflicts and the deepening of these with the pandemic, taking as an empirical reference the territory where the Industrial Complex is currently installed. and Suape Port in Pernambuco. In this article we highlight the particularity of the State in Latin America, the juridical-media coup as a bourgeois alternative to the structural crisis and the rush of capital for the appropriation of natural resources as part of the expropriation strategies. It is a bibliographical and documentary research. The investigative process showed us that the coup d'état experienced in Brazil is part of the group of coups that occurred in Latin America during the first and second decade of the 21st century, one of the objectives being/is to enable large corporations to take ownership of the natural resources of this subcontinent, thus intensifying socio-environmental conflicts, as revealed by the territory where Suape is today.

**Keywords:** State coup. Industrial Complex of Suape Port. Socio-environmental conflicts. Pandemic.

## Introdução

Durante uma década e meia os países da América Latina vivenciaram o protagonismo de governos progressistas em seus territórios; todavia, esse ciclo se encerrou. No caso brasileiro, esse fato se concretizou em 2016 com o golpe de Estado que destituiu da presidência a Dilma Rousseaf, do Partido dos Trabalhadores (PT), golpe este que deu carta branca para a intensificação do neoliberalismo. Assim, o trabalho em tela tem por objetivo analisar os impactos que o golpe de 2016 engendrou em territórios onde vivem comunidades tradicionais, tendo como fenômeno empírico o território onde hoje está instalado o Complexo Industrial Portuário de Suape em Pernambuco.

Na América Latina ocorre, historicamente, uma sucessão de golpes de Estado. Os golpes, enquanto estratégia utilizada pela burguesia, tem por objetivo impedir qualquer alteração social suscitada pela classe subalterna e/ou fazer com que os interesses de países centrais se sobressaiam, sendo, portanto, um dos principais dispositivos de intervenção imperialista (ROSENMANN, 2013). Desse modo, as formas de dominação que atravessam a história desse subcontinente revelam o caráter dependente do Estado. Esse caráter deve ser levado em consideração ao se analisar a formação do Estado na América Latina e sua intervenção na realidade, tendo em conta que os Estados latino-americanos vêm sofrendo transformações apenas em sua fisionomia, tendo, hora, um caráter mais progressista, como foi nos governos do PT, e, em outro momento, ultraliberal, como é na contemporaneidade (CORTÉS, 2012).

A história do Brasil também é marcada por golpes de Estado. Todavia, no capitalismo contemporâneo o golpe de Estado clássico, protagonizado pelas forças armadas, não está mais em uso; atualmente, os países imperialistas utilizam outras metodologias pautadas na derrubada pela via institucional de governos legítimos. Uma das motivações dos golpes na atual fase do capitalismo, marcada pela crise estrutural do capital, é a busca por maiores expropriações dos trabalhadores e apropriação<sup>1</sup> dos recursos naturais (ROSENMANN, 2013).

Com a descoberta do pré-sal em 2007 no Brasil, o acirramento da crise financeira internacional de 2008 e o recuo da demanda por *commodities*, o contexto

---

<sup>1</sup> A expropriação ocorre concomitantemente à apropriação, processo que vai além da expulsão dos trabalhadores de suas terras, abarca a conversão dos elementos essenciais à vida em propriedade privada.

econômico e político brasileiro é alterado, conduzindo para a derrocada do pacto de conciliação de classes implementado pelo PT, o que resultou no *impeachment* da presidenta Dilma, em 2016, através de um golpe político-parlamentar-midiático, e na posse de Michel Temer do Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) (ANDERSON, 2020). As eleições de 2018 aprofundaram a situação do país, levando ao poder um candidato da extrema direita, Jair Bolsonaro (sem partido) que se utiliza da pandemia para conferir mais espaço para a expansão do capital.

O golpe de Estado e o seu desdobramento atingiram o Complexo de Suape/ PE que está instalado em um território onde habitam, historicamente, pescadores(as), agricultores (as) e quilombolas que vivem a partir do que extraem da natureza. Entretanto, desde a instalação desse megaprojeto essas comunidades vêm sofrendo toda ordem de violência. Com a posse de Temer e a eleição de Bolsonaro os conflitos socioambientais passam a ter novas configurações.

O artigo está estruturado em três partes. Na primeira é abordada a especificidade do Estado na América Latina. Na segunda são analisadas as formas contemporâneas de golpe, com destaque para o caso brasileiro e seus desdobramentos até o ano de 2020, ano em que teve início no Brasil a pandemia do COVID-19. Por fim, os golpes serão evidenciados enquanto estratégia contemporânea dos países centrais para se apropriar da natureza existente na América Latina, como vem ocorrendo no território onde hoje é Suape.

### **Formação do Estado, América Latina e a ocorrência histórica de golpes: uma aproximação a partir do Brasil**

As primeiras elaborações teóricas acerca do Estado Moderno datam do século XV, concepções que evidenciaram duas diferenças entre este Estado e o Estado existente no período feudal: a autonomia do Estado Moderno e a distinção entre Estado e sociedade civil. Autores como Nicolau Maquiavel (1469-1527), Thomas Robbes (1588-1679) e John Locke (1632-1704), defendiam que o Estado forma a sociedade civil a partir de um contrato, como nas elaborações de Robbes, de um acordo ditado pelo Estado e aceito pela população com o intuito de “harmonizar” as relações sociais (GRUPPI, 1996).

Grande parte dessas interpretações sobre a formação do Estado Moderno pautava-se na perspectiva filosófica do idealismo, ou seja, na defesa de que a origem e o desenvolvimento social e, portanto, a formação do Estado, independiam da realidade física, da ação humana transformadora. Essas elaborações filosóficas e políticas legitimaram o processo de ascensão do sistema capitalista, pois escondiam a produção e a reprodução das relações sociais (FOSTER, 2000).

Friedrich Hegel (1770-1831), vinculado à perspectiva filosófica idealista, foi o primeiro a expor de fato a distinção entre Estado e Sociedade Civil – essa distinção foi apenas sinalizada pelos pensadores contratualistas supracitados. Para Hegel “(...) não há sociedade civil se não existir um Estado que a construa, que a componha e que integre suas partes; não existe povo se não existir Estado, pois é o Estado que funda o povo e não ao contrário” (GRUPPI, 1996, p. 24), portanto, para este teórico, “(...) O Estado não é, assim, expressão ou reflexo do antagonismo social” (WELFFORT, 1989, p. 106).

Karl Marx (1818-1883) foi o teórico que se contrapôs à perspectiva idealista e a sua concepção de Estado, principalmente às elaborações de Hegel. Marx vinculava-se a perspectiva materialista, sobretudo ao materialismo prático, a qual afirmava que o nível da realidade física é independente do pensamento, destacando o “(...) papel constitutivo da ação transformadora humana na reprodução e transformação das formas sociais”<sup>2</sup> (FOSTER, 2000, p. 18) e, por isso, da formação do Estado. Portanto, para Marx, era fundamental superar todo o projeto hegeliano ligado à perspectiva idealista e passar não só a interpretar a realidade, mas a transformá-la, compreendendo que os seres humanos originam e modificam a relação com o mundo através das ações práticas. A partir disso foi possível desenvolver a concepção marxista do Estado, baseada no método histórico-dialético desenvolvido por este teórico.

A Inglaterra foi o grande solo das transformações que deram origem ao sistema capitalista. Essas transformações contribuíram para o surgimento de duas espécies diferentes de possuidores, os que têm apenas a sua força de trabalho para vender e os que detêm os meios de produção, duas classes sociais irreconciliáveis (MARX, 2013). Foi nesse país que se consolidou o Estado centralizado, o qual possibilitou uma correlação inimaginável no período anterior entre economia e política. Desse modo, a emergência do Estado Moderno se dá juntamente com o surgimento e expansão do capital, passando a existir uma reciprocidade dialética entre Estado e capital.

---

<sup>2</sup> Tradução nossa.

O Estado é, portanto, uma exigência do sistema do capital, fundamental diante da transformação do caráter da propriedade forçadamente transformada em propriedade privada (SILVA, 2020). A força do Estado, as suas medidas legais e o discurso ideológico propagado são alguns dos mecanismos fundamentais utilizados pelo Estado para estruturar a sociedade capitalista. Com base nessa apreensão da realidade, Marx critica a concepção idealista sobre a relação entre Estado e sociedade civil e afirma que o Estado é expressão da sociedade civil, da sociedade civil dividida em classes radicalmente irreconciliáveis, pois

Não é o Estado que funda a sociedade civil, que absorve em si a sociedade civil, como afirma Hegel; pelo contrário, é a sociedade civil, entendida como o conjunto das relações econômicas (essas relações econômicas são justamente a anatomia da sociedade civil), que explica o surgimento do Estado, seu caráter, a natureza de suas leis, e assim por diante (GRUPPI, 1996, p. 27).

Alguns pensadores marxistas, ao analisarem a realidade latino-americana e a formação do Estado nesse subcontinente, consideraram que os países da América Latina seguiriam os mesmos passos dos países europeus, como a Inglaterra, que sairia de sua condição feudal e se tornaria capitalista (SILVA, 2020). Todavia, as elaborações teóricas desenvolvidas por Marx buscam discutir e apresentar as leis tendenciais que direcionam o desenvolvimento do sistema do capital, leis que não são afirmações fixas de sequências regulares de acontecimentos em qualquer parte do globo terrestre.

A expansão marítima europeia que, entre outros elementos, resultou na colonização das Américas, tem na expansão da produção e do comércio capitalista – e, conseqüentemente da burguesia - um dos principais impulsos. As transações mercantis que até o século XIV eram basicamente terrestres e de navegação de cabotagem, operam um salto tecnológico com interligação continental, por meio do desenvolvimento das grandes navegações. O início do processo de expansão, no século XV, configura uma mudança radical do desenvolvimento econômico de países como Portugal, Espanha, Inglaterra e Holanda. O objetivo inicial de tal processo era expropriar os novos territórios, entendidos como atrasados e com riquezas naturais abundantes. No entanto, a colonização nas Américas apresentava elementos distintos de outros territórios, como a Índia e a África: o povoamento que até então não era visto como necessário passou a sê-lo, na medida em que possibilitaria produzir e exportar aos países europeus.

Para os fins mercantis que se tinham em vista, a ocupação não se podia fazer como nas simples feitorias, com um reduzido pessoal incumbido apenas do negócio, sua administração e defesa armada; era preciso ampliar essas bases, criar um povoamento capaz de abastecer e manter as feitorias que se fundassem e organizar a produção dos gêneros que interessassem ao seu comércio. A ideia de povoar surge daí, e só daí. (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 24).

Assim, a partir do povoamento, o desenvolvimento das atividades econômicas nas Américas consistiu em garantir seu caráter comercial através da expropriação dos produtos naturais e da produção em larga escala de elementos comercializáveis na Europa, utilizando para isso o trabalho forçado de populações indígenas e africanas. As atividades que aqui eram requeridas - além da grande propriedade agrícola, a mineradora e extrativista foram fundamentais para o processo de colonização - eram demandadas externamente e obedeciam às necessidades que advinham de fora. Dessa maneira, a vida de qualquer colônia se subordinava às necessidades da metrópole, como afirma Prado Júnior (1994) “as colônias existem e são estabelecidas em benefício exclusivo da metrópole; este benefício se realiza pela produção e exportação, para ela, de gêneros de que necessita, não só para si própria, mas para comerciar com o supérfluo no estrangeiro.” (p. 126).

Assim, esse processo violento<sup>3</sup> de expropriação de recursos naturais e de populações forçadamente escravizadas tinha como objetivo fundamental abastecer o mercado europeu e, em conjunção com outros fatores, acabou por favorecer o processo de acumulação primitiva de capital na Europa. A dinâmica da acumulação resulta na busca desenfreada pela apropriação dos recursos naturais e pela expropriação dos trabalhadores da terra (HARVEY, 2011). Com isto forma-se o “ajuste espacial”, ou seja, uma “[...] inserção desigual de diversos territórios e formações sociais de mercado mundial capitalista” (HARVEY, 2006, p. 193), o qual visa garantir reservas de recursos naturais que sustentem o modo de produção capitalista, mesmo que para isso seja ditada uma “divisão internacional dos custos ambientais” que penaliza os países periféricos.

Portanto, a formação do capitalismo possui particularidades de acordo com o continente, com o país, no qual ocorre. O Complexo de Suape está localizado no Brasil, país que integra a América Latina e que sua formação sócio-histórica não segue o padrão clássico, tampouco se assemelha à formação da Inglaterra. Ao mesmo tempo em

---

<sup>3</sup> O sistema colonial, baseia-se, na violência mais brutal (...) A violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica. (MARX, 2013, p. 821).

que estava ocorrendo à ascensão e expansão do sistema capitalista na Europa, no século XV, ocorria na América Latina o seu “descobrimento” o qual atribuiu aos países latino-americanos uma função chave: serem territórios anexados às metrópoles e serem reserva de uma riqueza natural originária que serviu ao fim mercantil (MARX, 2013).

Dessa maneira, a colonização é marcada pela violência da conquista dos territórios e submissão dos povos com o objetivo de absorver as riquezas naturais e a mão-de-obra dessas regiões. A drenagem dos recursos naturais e a exploração da força de trabalho são os elementos constitutivos e contínuos desse continente (SILVA, 2020). Todas as fases do desenvolvimento histórico da América Latina evidenciam a dependência desse continente em relação aos países hegemônicos. Esse caráter dependente determina a formação do Estado dos países latino-americanos.

José Aricó, um intelectual marxista argentino, ao analisar a América Latina, sobretudo seu caráter subalterno, aponta que, devido à particularidade da formação socio-histórica desse continente, muitas das elaborações teóricas de Marx e de alguns marxistas sobre o Estado não se aplicam a realidade latino-americana. Para ele, Marx “(...) se sentiu inclinado a negar teoricamente todo possível rol autônomo do Estado político, ideia esta que, porém, constituía o eixo em torno da qual se estruturou seu projeto inicial de crítica da política e do Estado”<sup>4</sup> (ARICÓ, 1983, p. 2).

Segundo Aricó, devido ao perfil fortemente antihegeliano adotado por Marx, muitas das questões referentes à natureza e especificidade do Estado latino-americano foram negligenciadas, como a capacidade do Estado em “produzir” a sociedade civil e também a própria nação, de reconhecer o caráter produtivo do Estado no sentido de formar uma estrutura social subjugada aos interesses dos países centrais, sobretudo por meio da violência. Portanto, para este autor, o capital estrangeiro e o Estado tem desempenhado o papel mais importante no processo de conformação das sociedades latino-americanas (CÓRTEZ, 2012).

Este caráter estrutural do Estado enquanto produtor da sociedade civil, de sua especificidade colonial, auxilia a compreensão sobre as constantes ocorrências de golpes na América Latina, marcadas pela intervenção militar, pelas forças armadas e pela supressão dos direitos civis. No Brasil, antes do século XXI, ocorreram dois golpes com influência dos Estados Unidos, como uma medida “preventiva” da burguesia diante

---

<sup>4</sup> Tradução nossa.

dos conflitos sociais no período e/ou para se apropriar dos recursos naturais existentes nesse território, como destaca Rosenmann (2013, p. 128),

1930 – uma junta militar derrubou ao presidente Washington Luís Pereira de Souza. O ganhador das eleições – Julio Prestas – não chega a assumir. A junta militar triunfante nomeia presidente a Getúlio Vargas.

1964 – Um golpe militar apoiado e financiado pelos Estados Unidos destitui ao presidente João Goulart. A ditadura, responsável por numerosos assassinatos e perseguições políticas, fundará seu próprio partido (a Aliança Renovadora Nacional, ARENA) e se estenderá até 1985<sup>5</sup>.

A América do Sul é um espaço importante para os países imperialistas devido as suas grandes reservas de recursos naturais e por sua condição histórica enquanto continente que transfere suas riquezas naturais aos países dominantes (BRUCKMAN, 2011). Nessa direção, os Estados Unidos são dependentes dos minerais, da água, da terra, existentes nesse subcontinente, por isso o ativo intervencionismo na dinâmica política e econômica dos países latino-americanos (ROSENMANN, 2013).

### **Século XXI e os novos formatos de golpe na América Latina: uma análise do caso brasileiro (2016-2019)**

As ofensivas imperialistas sempre se fizeram presentes nos países latino-americanos, sobretudo por meio dos golpes, visando apropriarem-se dos recursos elementares à vida. Na contemporaneidade esse intervencionismo possui uma metodologia completamente diferente, o que Borón (2013, p. 6 -8) intitulou de *soft power*<sup>6</sup>, ou seja, formas “singelas” de intervir no processo democrático dos países latino-americanos, como a “(...) derrubada ‘institucional’ de governos legítimos apelando ao protagonismos do congresso e do poder judicial”, o “[...] crescente controle dos meios de comunicação de massas, capazes de criar ‘climas’ de opinião de decisiva importância na hora de erodir as bases do poder de um presidente insatisfeito ou para preparar operações golpistas”, construindo opiniões e informações “[...] abertamente falsas que aterrorizam ou intimidam a população” para que se equivoquem e elejam o candidato incorreto<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup> Tradução nossa.

<sup>6</sup> Poder suave. Tradução nossa.

<sup>7</sup> Um dos primeiros países que sofreu essa modalidade de golpe jurídico-parlamentar midiático foi Honduras, em 2009, contra o presidente Manuel Zelaya que foi expulso do país. Com sua destituição



Dessa maneira, o Brasil foi/é alvo dessas novas formas de golpe de Estado, dos inéditos instrumentos de intervenção imperialista, algo que só se concretizou após o ciclo de governos do PT. Neste período, o Brasil bateu recordes de exportação mineral e pecuária, sobretudo para os Estados Unidos e a China, quando também foram descobertas (2006) novas reservas de petróleo no pré-sal pela Petrobras<sup>8</sup>, o que fomentou a cadeia produtiva desse recurso natural, resultando no anúncio de novas refinarias, de petroquímicas e de estaleiros, como ocorreu no Complexo de Suape. O objetivo do governo era a nacionalização do pré-sal e o controle da sua cadeia produtiva (SANTOS, 2018).

Esse crescimento econômico vivido pelo Brasil neste período é resultado da forte valorização dos preços internacionais das *Commodities* (BLACK, 2015). Entretanto, em meados de 2014 há um recuo da demanda por commodities devido à desaceleração econômica da China (GARCIA, 2019). Diante desse cenário, abre-se caminho para a derrocada do pacto de conciliação de classes promovido pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), o que resultou no impeachment da presidenta Dilma, por meio do golpe, em 2016, e a posse de Michel Temer que era o vice-presidente (2016-2018).

Um dos motivos do golpe de Estado no Brasil vem, portanto, do fundo do mar, o petróleo. Foi em 2006 que se anunciou a descoberta de uma jazida de óleo leve em um dos blocos do pré-sal, no campo de Tupi. Desde então, os Estados Unidos passaram a dar sinais sobre os interesses golpistas, pois para garantir sua hegemonia os Estados Unidos precisam desse recurso natural (BRUCKMAN, 2011). Nesta direção, em 2010 o governo federal anunciou uma mudança no marco regulatório para o pré-sal, introduzindo, assim, o modelo de partilha, através da Lei n.º 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para que os contratos de partilha sejam realizados apenas entre a união e a Petrobrás, fazendo com que as exploradoras não tenham concessão dos campos de petróleo (BRASIL, 2010).

Em 2013 ocorreu as “Jornadas de Junho” que, para muitos intelectuais, foi onde iniciou o processo de organização da direita e da ultradireita expressas através do Movimento Brasil Livre (MBL) e do Vem Pra Rua, ambos organizados e financiados

---

formou-se um governo interino capitaneado pelo presidente do congresso Roberto Micheletti. O ex-presidente Zelaya tinha aprovado a instalação de uma nova assembleia nacional constituinte o que causou incômodos nos interesses imperialistas. Todavia, segundo Laura Zúñiga Cáceres (2017), a razão de maior peso que motivou o golpe foi a necessidade do capital em ter o controle sobre os bens comuns da natureza.

<sup>8</sup> Uma empresa estatal de economia mista.

por grupos privados com influência norte-americana. No ano de 2014 teve início a Operação Lava Jato, cujo objetivo era investigar crimes de corrupção em ativa ou que já haviam ocorrido, crimes de obstrução da justiça e de lavagem de dinheiro, todavia, esta operação revelou-se um instrumento interburguês, pois houve seletividade nas investigações, caçando e difundindo, sobretudo, os casos referentes ao PT (FERREIRA, 2018). Quem estava à frente dessa Operação foram os juízes e procuradores que tiveram parte significativa da formação em instituições do governo americano, como o Sergio Moro (ANDERSON, 2020).

As eleições de 2014 revelaram a disputa acirrada entre Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves do PSDB, quando Dilma ingressava em seu segundo mandato com 51,64% dos votos<sup>9</sup>. A direita não aceitou facilmente esse resultado e passou a mobilizar-se para interromper o governo Dilma, organizando, juntamente com algumas organizações ligadas a *think tanks* estadunidenses, uma onda de manifestações favoráveis ao *impeachment*, com apoio midiático que espalhava informações falsas, as *fake news*, sobre o PT, sobre a pretensa intenção de se instalar o comunismo em solo brasileiro, fazendo um terror psicológico na população (ROSENMAN, 2013). Portanto, ganhou concretude a existência de uma onda conservadora que assola(va) o país.

Desse modo, sob a liderança do até então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, e do vice-presidente da República, Michel Temer, ambos do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o *impeachment* foi aprovado, sendo votado por 70% dos parlamentares que em seus discursos exaltaram a propriedade privada, Deus, a família, e até mesmo a memória do coronel Carlos Brilhante Ustra, um torturador da ditadura, sem, portanto, indicar devidamente qual crime de responsabilidade foi cometido pela presidente Dilma. Então, a presidenta eleita por escassa margem, teve o seu segundo mandato abreviado. O golpe foi “[...] capitaneado pelo judiciário, estimulado e naturalizado pela grande imprensa, articulado pelo conjunto das forças conservadoras no país e tendo como base de massas os setores demofóbico das classes médias que saíram às ruas” (DEMIER, 2019, p. 42).

Assim sendo, o julgamento judicial referente ao *impeachment* de Dilma, diz respeito, na realidade, a um julgamento político, “(...) um golpe de Estado operado pelo

---

<sup>9</sup> Apuração dos votos para presidente – eleição 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/apuracao-votos-presidente.html>>. Acessado em: 28 de jan de 2021.

parlamento, em conluio com o Judiciário e a grande imprensa” (SANTOS, 2018, p. 133), portanto, um golpe parlamentar midiático de direita que significou um realinhamento das forças políticas e de estratégias de acumulação, uma coadunação dos interesses das frações capitalistas nacionais e internacionais. Com o golpe parlamentar midiático de direita, o vice-presidente Michel Temer (PMDB) assume interinamente a presidência (2016-2018), pondo em marcha o programa de hegemonia burguesa pautado na intensificação do neoliberalismo (FERREIRA, 2018).

A base programática do governo Temer pautou-se no avanço das privatizações e da entrega dos bens comuns à iniciativa privada. Em 2016, após o processo do golpe, o Congresso aprovou o projeto de Lei 4567/2016, do ainda senador José Serra (PSDB) que depois se tornou Ministro das Relações Exteriores de Temer, lei que desobrigava a Petrobras de ser a única operadora de todos os blocos de exploração do pré-sal. Temer passa a leiloar o pré-sal, entregando esse bem comum às multinacionais, como a Shell e a Chevron<sup>10</sup>. O golpe aprofundou a entrega da natureza aos interesses externos. Temer, então, dá início a reforma estrutural do capitalismo brasileiro, frisando o lugar histórico que o Brasil ocupa na divisão internacional do trabalho (ALVES, 2019).

As eleições de 2018 revelam a continuidade do golpe com a prisão de Lula que era o candidato que estava em primeiro lugar nas pesquisas<sup>11</sup>. O programa do golpe precisava seguir e isto só seria possível com um novo governo surgido das urnas (DEMIER, 2019). Diante desta prisão quem vence as eleições é Jair Bolsonaro, um candidato da extrema direita, conservador, ultraliberal, com traços fascistas, o qual, através de seu caráter radical, aprofunda a reforma estrutural do capitalismo brasileiro, favorecendo a entrega dos recursos naturais e dos bens públicos à iniciativa privada. Esse governo tem uma funcionalidade na dinâmica do capitalismo contemporâneo que é facilitar o processo de acumulação do capital<sup>12</sup>.

O ataque às políticas ambientais tem sido um dos alvos desse governo, assiste-se a um crescente “entreguismo” das riquezas naturais, principalmente através do

---

<sup>10</sup> Temer leiloa pré-sal e multinacionais já são donas de 75% das reservas do Brasil. Disponível em: <<https://spbancarios.com.br/10/2018/temer-leiloa-pre-sal-e-multinacionais-ja-sao-donas-de-75-das-reservas-do-brasil>>. Acessado em: 28 de jan de 2021.

<sup>11</sup> Ataque a candidatura de Lula é continuidade do golpe de 2016. Disponível em: <<https://pt.org.br/ataque-a-candidatura-de-lula-e-continuidade-do-golpe-de-2016/>>. Acessado em: 29 de jan de 2021.

<sup>12</sup> Na segunda década do século XXI assistiu-se ao avanço da extrema direita no mundo, como com Jair Bolsonaro no Brasil, com Donald Trump nos Estados Unidos e Sebastián Piñeras no Chile, que legitimam o aprofundamento do neoliberalismo e favorecem a entrega dos recursos naturais e dos bens públicos à iniciativa privada, flexibilizando leis ambientais que até então garantiam proteção ao meio ambiente.

desmonte das políticas ambientais. As ameaças ao meio ambiente e aos trabalhadores da terra se agravam. Em relação ao pré-sal, Bolsonaro intensifica o repasse das reservas de petróleo às multinacionais, em especial as norte-americanas devido às predileções dadas por Bolsonaro a Donald Trump, ex-presidente dos EUA<sup>13</sup>.

Ademais, vincula-se a esse processo a reconfiguração do latifúndio com a diminuição de importância de lideranças como Kátia Abreu e Blairo Maggi, hoje entendidas enquanto representantes de uma perspectiva mais moderada. Por outro lado, representações como Nabhan Garcia, presidente da União Democrática Ruralista (UDR), assume cargos no Governo Federal. Nabhan é acusado de diversos crimes, como apropriação ilegal de terra pública, ameaça e vinculação com milícias rurais. Apesar disso, Nabhan assumiu em janeiro de 2019 a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, responsável pela “identificação e demarcação de terras indígenas e titulação de quilombolas, além de licenciamento ambiental e políticas de reforma agrária”. (SASSINE, 2018)<sup>14</sup>.

Outro exemplo, diz respeito ao Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles. Conhecido pelas acusações, entre outras, de fraude ambiental<sup>15</sup>, vem gerindo a pasta e evidenciando os compromissos do atual governo com as pautas dos setores vinculados ao agronegócio e a burguesia agrária. Durante o primeiro ano da pandemia da COVID-19 teve fala divulgada de reunião ministerial em que afirmava que o período era ideal para passar reformas *infralegais*, de *simplificação* e *desregulamentação* de leis ambientais. Em sequência afirmava que os demais ministros deveriam, assim como ele, aproveitar a ocasião para *ir passando a boiada e ir mudando todo o regramento*. Não à toa foram possibilitadas modificações em instruções normativas como a medida referente à *Declaração de Reconhecimento de Limites* que permite “a invasão, a exploração e até a comercialização de terras indígenas ainda não homologadas.” (NICOLAV, 2020). Outras medidas também foram propostas como o *PL da Grilagem* que pela pressão popular não foi colocada em votação. Esses poucos exemplos simbólicos representam uma destinação de poder econômico, político e ideológico aos

---

<sup>13</sup> Bolsonaro e a liquidação do pré-sal. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/bolsonaro-e-a-liquidacao-do-pre-sal/>> . Acessado em: 29 de jan de 2021.

<sup>14</sup> Mais informações acerca de Nabhan Garcia estão disponíveis em: <<https://theintercept.com/2019/02/19/milicias-nabhan-garcia/>>; Acesso em 17/03/2021.

<sup>15</sup> Mais informações estão disponíveis em: <<https://theintercept.com/2019/02/03/ricardo-salles-mineradoras/>>; Acesso em: 08/01/2021.

setores mais conservadores do campo no Brasil e conseqüentemente um acirramento das disputas em torno da preservação e ampliação dos direitos aos povos tradicionais.

A gravidade da situação de vida desses povos se exponenciou, também, no período atual de crise sanitária. A pandemia da COVID-19 evidenciou as disparidades no acesso às políticas públicas, como água, habitação e saúde. Em pleno contexto da pandemia a burguesia utiliza mecanismos para garantir a expropriação dos povos do campo e apropriação dos recursos naturais. A própria pandemia é utilizada como desculpa para que se realizem os interesses de expansão do capital. O governo Bolsonaro avança na defesa do lucro, da acumulação do capital e nem a pandemia é capaz de impedir. Em nenhum outro momento da história recente ficou tão evidente a luta de classes, principalmente quando os representantes políticos exigem a manutenção das atividades econômicas quando a própria vida dos trabalhadores está em risco. O lucro sobre a vida é a expressão mais direta da luta de classes.

### **Os impactos do golpe de Estado de 2016 em territórios em conflitos socioambientais: o caso do território onde hoje está instalado o Complexo de Suape**

O golpe político-parlamentar-midiático e a eleição de 2018 integram um só mecanismo de manipulação imperialista vigente no atual momento histórico. Como foi exposto acima, o núcleo do golpe é, sobretudo, econômico, pois, diante da crise de sobreacumulação, o capital vem girando o mundo buscando as aplicações mais lucrativas e, na contemporaneidade, essas aplicações possuem relação com os bens comuns da natureza. Dessa forma, a busca frenética do capital por novas fontes de valorização encontradas na natureza vem gerando a expansão dos conflitos socioambientais (SILVA, 2020). Segundo Svampa (2016, p. 143), conflitos socioambientais estão “ligados ao acesso à conservação e ao controle dos recursos naturais, que supõem, por parte dos autores confrontados, interesses e valores divergentes em torno dos mesmos, em um contexto de assimetria de poder”.

O Complexo de Suape (CIPS), localizado nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca em Pernambuco, integra esta disputa pela apropriação da natureza. Idealizado em 1960 e implementado em 1970, foi, contudo, nos anos 2000 que esse megaprojeto se expandiu devido ao crescimento econômico vivido nesse período

(RELATÓRIO DHESCA, 2018). Considerado o porto mais estratégico do Nordeste devido à sua localização que o interliga com mais de 160 portos em todos os continentes, além dos fatores ambientais, como a profundidade do mar e a grande extensão de terras, esse megaprojeto atrai os interesses imperialistas para essa região (SILVA, 2020).

Entretanto, este Complexo vem produzindo, historicamente, alterações abruptas tanto no meio físico natural, quanto no modo de vida das comunidades existentes no território: são 13.500 hectares, composto por 27 engenhos, terras de agricultores(as), pescadores(as), quilombolas, no litoral sul de Pernambuco. Estima-se que 3.000 das 6.800 famílias foram expropriadas de sua terra<sup>16</sup>, restando, apenas, cerca de 10 mil pessoas, comunidades remanescentes que sofrem pressão de toda ordem para que deixem suas terras (SILVA, 2020).

A crise econômica-política atinge o Complexo de Suape. Com o golpe o processo de privatização das empresas instaladas em Suape teve início. Em 2018 a Petroquímica Suape foi comprada pela empresa mexicana Alpek por 1,5 bilhões, um valor muito abaixo dos nove bilhões equivalentes aos custos de sua obra<sup>17</sup>. Associada a esse processo, a Lei Estadual n.º 15.932, de 30 de novembro de 2016, aprovada no governo Temer, autoriza a empresa pública Suape a aplicar, pelo período de dois anos, descontos de 20% a 70% nas operações de venda de terras no Complexo de Suape com o objetivo de atrair investimentos para região.

Nesse novo cenário em Suape, os conflitos relacionados às comunidades remanescentes perduraram e se complexificaram. Os informativos mensais do Fórum Suape Espaço Socioambiental<sup>18</sup> ressaltam os casos de violação sobre as comunidades que permanecem no território. Dentre os destaques, o boletim de agosto de 2016 aponta a violência sofrida pelas comunidades remanescentes que moram na área conhecida como “João Grande”, localizada no Engenho Ilha, Cabo de Santo Agostinho, que são impactadas pelo envenenamento de árvores frutíferas, pela poluição dos riachos, pela

---

<sup>16</sup> Dos 27 engenhos abarcados pelo território onde hoje é Suape, os que estão localizados na Zona Industrial, sofreram o maior número de expropriações, como o Engenho Tatuoca, onde não há mais comunidades, além do Engenho Tiriri, o Engenho Massangana, o Engenho Tabatinga e o Engenho Algodoads que sofreram duras investidas da empresa Suape (RELATÓRIO DHESCA, 2018).

<sup>17</sup> Petrobras conclui venda da Petroquímica Suape. Disponível em: <<https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/nacional/noticia/2018/05/01/petrobras-conclui-venda-da-petroquimicasuape-337581.php>>. Acessado em: 22 de maio de 2019.

<sup>18</sup> O Fórum Suape é uma organização composta por vários sujeitos da sociedade civil; surgiu como forma de resistência ao processo de violação de direitos das comunidades impactadas pelo Complexo de Suape.

proibição de plantar e de ampliar seus sítios, com o intuito de tornar inviável a permanência dessas comunidades no território.

Os folhetins de 2017 apontam o processo de invasão e destruição dos sítios dos moradores, como evidencia o boletim de abril, destacando o caso dos posseiros do Engenho Jurissaca, localizado no Cabo de Santo Agostinho, os quais tiveram seus barracos e as suas cercas derrubadas, com objetivo de tornar insuportável a vida dos posseiros nesse engenho e por meio da expulsão, facilitar a instalação da Fábrica Aché nesse território. Além disso, o boletim de julho aponta que a criminalização das lideranças comunitárias é uma nova tática utilizada por Suape para enfraquecer as resistências.

Já os Folhetins do ano de 2018, principalmente o de junho, destacam o início da instalação da Fábrica Aché, uma empresa especialidade no ramo farmacêutico, que ocupa hoje 25 hectares no Engenho Jurissaca, território ocupado por 43 famílias que permaneceram e que vem sendo inibidas de realizarem suas atividades tradicionais. O boletim de julho enfatiza o processo de implementação de Zonas de Preservação Ecológica (ZPECs) como um dos elementos que vem resultando em conflitos no território. O Novo Plano Diretor – 2030 aponta que, para compensar os desmatamentos que ocorreram no período de expansão do Complexo, diversas comunidades vêm sendo forçadas a se retirar de suas localidades, como nos Engenhos Tabatinga, Ilha dos Martins e Boa Vista 1, para tornar essa área uma zona de preservação ecológica.

A eleição de Jair Bolsonaro como presidente da República em 2018 aprofunda esses conflitos, intensifica a contrarreforma estrutural do capitalismo brasileiro, favorecendo a entrega dos recursos naturais à iniciativa privada. O ataque às políticas ambientais tem sido um alvo dos alvos Governo Bolsonaro. Essas transformações atingem Suape, o qual teve neste ano a Lei Estadual n.º 15.932 reiterada, tornando-se a Lei Estadual n.º 16.582, prorrogando por 4 anos o desconto de 20% a 70% nas operações das vendas de terra. Além disso, assiste-se ao desmonte do polo naval devido à ausência de encomendas e a privatização da Refinaria Abreu e Lima (FERREIRA, 2018).

No primeiro ano de governo Bolsonaro, em 2019, os folhetins apontaram a continuidade das arbitrariedades cometidas sobre as comunidades remanescentes. O boletim de junho resalta que, devido à crise, muitas famílias que foram expropriadas e hoje se encontram impossibilitadas de garantir o mínimo para sua existência estão voltando ao território, num processo de retomada das terras, como é o caso de algumas

famílias que moravam no Engenho Tabatinga que estão retomando o território que sempre lhes proporcionou a garantia da subsistência. Todavia, as famílias que não saíram desse engenho convivem com as ameaças dos seguranças armados de Suape. Ademais, com a instalação da Fábrica Aché, que foi inaugurada nesse mesmo ano, teve início uma nova onda de expropriações, momento em que 41 posseiros expropriados ainda não receberam indenizações e os que ainda vivem na região sofrem pressão para saírem, tendo o acesso ao território restringido e suas casas destruídas<sup>19</sup>.

Esses conflitos supramencionados integram o mapa dos conflitos no campo organizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) que no relatório de 2019 destaca que todos os tipos de conflitos e todas as formas de violência aumentaram desde 2015. Esse aumento tem relação direta com o programa de governo implantado com o golpe e aprofundado no governo Bolsonaro, o qual visa restringir ao máximo os direitos sociais e abrir espaço para o avanço do capital. As populações do campo, da floresta e das águas estão pagando um alto preço pelo golpe de Estado desfechado no Brasil, o qual tem relação direta com a corrida pela apropriação dos recursos naturais estratégicos, como o petróleo e a terra, abundantes nos países latino-americanos (BRUCKMAN, 2011).

Todavia, em 2020, com a pandemia do COVID-19, os impactos sobre os povos e comunidades tradicionais se intensificaram. A dificuldade de acesso à água potável e aos serviços públicos de saúde, por exemplo, faz com que os impactos da pandemia resultem em uma taxa de letalidade maior entre alguns segmentos dos povos tradicionais. Entre os quilombolas, por exemplo: “A taxa de letalidade desse grupo é de 3,6%, enquanto a da população em geral é de 3,1%, dado subnotificado por não haver monitoramento dos casos e mortes entre quilombolas pelo Estado brasileiro” (TERRA DE DIREITOS, 2020).

Essa diferença tende a ser maior dado que a subnotificação relacionada ao quesito raça/cor atinge 25% dos óbitos<sup>20</sup> e não existe, pelo Estado brasileiro, a coleta e divulgação de dados específicos relativos à população quilombola infectada e morta pela doença. (TERRA DE DIREITOS, 2020). O acompanhamento desses dados vem sendo realizado pela CONAQ nos territórios em que atua, o que evidencia a negligência

---

<sup>19</sup> Denúncia: Suape destrói casas e patrimônio de posseiros. Disponível em: <<https://www.leijaja.com/noticias/2020/03/14/denuncia-suape-destroi-casas-e-patrimonio-de-posseiros/>>. Acessado em: 27 de maio de 2020.

<sup>20</sup> Apesar disso, a população negra corresponde a 41% dos óbitos registrados pelo Ministério da Saúde. (CONAQ, 2020, p.6).



estatal no monitoramento da extensão da COVID-19 em comunidades quilombolas. Situação semelhante se encontra o processo de monitoramento dos casos entre indígenas, pescadores/as e marisqueiras, por exemplo. O acesso à informação do alastramento da pandemia entre eles só é possível pelos esforços dos movimentos sociais e demais organizações da sociedade civil; caso contrário, esses dados seriam completamente ignorados, assim como, o impacto da crise sanitária sobre esses povos. Além disso, durante a reunião ministerial do dia 22 de abril, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Sales, destacou a “oportunidade” trazida pela pandemia da COVID-19, a qual vem recebendo plena atenção da mídia, para “passar a boiada”, ou seja, passar as reformas, no sentido de desregulamentar e simplificar as normas ambientais<sup>21</sup>, como é exemplo a aprovação do Projeto de Lei 3729/2004, a qual flexibiliza o licenciamento ambiental<sup>22</sup>.

No território onde hoje é Suape, os conflitos socioambientais permaneceram, nem a pandemia impediu que as comunidades tradicionais fossem expropriadas. A notícia divulgada em maio de 2020, pelo LeiaJá, um portal de notícias do Recife, revela a continuidade da violência sobre os/as agricultores/as e pescadores/as do Engenho Ilha, os quais tiveram que romper o isolamento, fazer aglomeração, na tentativa de impedir que suas casas fossem derrubadas pela Empresa Suape, a empresa pública, incumbida de operar a gestão do território. O Engenho Ilha é um dos territórios visados para instalação da Zonas de Preservação Ecológicas (ZPEC), por isso casas e plantações vêm sendo derrubadas com o intuito de deixar o espaço livre para esse mecanismo contraditório de preservação ambiental<sup>23</sup>.

Nos folhetins de setembro e outubro de 2020 há denúncias sobre a poluição no riacho Algodois pelas indústrias instaladas em Suape que trabalham no processo de refino e processamento do petróleo. As comunidades tradicionais desse território, as quais utilizavam esse riacho para suprir as suas necessidades, como beber, pescar, vem sendo impedidas de utilizar esse riacho, sendo está uma forma de expropriação e

---

<sup>21</sup> Ministro do Meio Ambiente defende passar ‘a boiada’ e ‘mudar’ regras enquanto atenção da mídia está voltada para a Covid-19. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>>. Acessado em: 22 de maio de 2020.

<sup>22</sup> Câmara aprova projeto de lei que flexibilizar o licenciamento ambiental, ainda falta votar emendas. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/noticias/camara-aprova-projeto-que-flexibiliza-o-licenciamento-ambiental-materia-vai-ao-senado/>>. Acessado em: 15 de maio de 2021.

<sup>23</sup> Nem a pandemia impede a derrubada de casas em Suape. Disponível em: <<https://www.leijaja.com/noticias/2020/05/20/nem-pandemia-impede-derrubada-de-casas-em-suape/>>. Acessado em: 29/05/2020.

apropriação desse bem comum que é a água. Além disso, agricultores do Engenho Jurissaca vêm tendo seus sítios e suas benfeitorias destruídas pela “equipe de segurança” da empresa Suape, mesmo na pandemia, período no qual é proibido o despejo ou a desocupação de imóveis até o fim de 2021, como prevê o Projeto de Lei 827/20<sup>24</sup>.

Em pleno contexto da pandemia a burguesia utiliza mecanismos para garantir a expropriação dos povos do campo e apropriação dos recursos naturais. A própria pandemia é utilizada como desculpa para que se realizem as expropriações, favorecendo, assim, a expansão do capital.

## **Conclusão**

Diante do exposto, fica evidente que o imperialismo intervém nos países latino-americanos com o intuito de impedir que esses países desenvolvam mecanismos que possibilitem a construção de seu destino com independência e autonomia. Os tempos mudaram, contudo, os países imperialistas permanecem intervindo politicamente por meio de novas técnicas de golpe de Estado baseado no controle do congresso, do judiciário e da mídia dos países latino-americanos. Há, desse modo, uma unidade dialética entre o caráter estrutural colonial do Estado, a ocorrência de golpes de Estado, a apropriação dos recursos naturais estratégicos e a intensificação dos conflitos socioambientais.

No Brasil, foi o judiciário que atuou como alavanca para uma virada, através do golpe, posto que a burguesia não conseguiria promover tamanhas mudanças institucionais se estivesse organizada apenas em termos eleitorais. Temer e Bolsonaro passam a executar um neoliberalismo consideravelmente mais drástico, garantindo a entrega dos bens comuns à iniciativa privada, condenando o país e seu povo a ser mais uma vez alvo dos interesses golpistas norte-americanos (ANDERSON, 2020). A terra, o petróleo, os minérios, a floresta são entregues aos países hegemônicos sob o discurso da crise, como se para salvar a economia fosse necessário entregar nossos bens comuns; todavia, essa é a nossa condenação. A pandemia do COVID-19 intensifica o processo de

---

<sup>24</sup> Câmara aprova projeto que proíbe despejo de imóveis na pandemia. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/760884-camara-aprova-projeto-que-proibe-despejo-de-imoveis-na-pandemia/>>. Acessado em: 30 de maio de 2021.

expropriação e apropriação realizada pelo capital, impactando sobremaneira os povos e comunidades tradicionais.

O território onde hoje está instalado o Complexo de Suape possui grande diversidade ambiental, com grande extensão de terras, com comunidades tradicionais que vivem há séculos neste lugar e que vivem do que extraem da natureza. Todavia, devido à corrida pela apropriação das terras, essas comunidades vivem sob ameaça. Após o golpe de Estado de 2016 os conflitos nesse território passaram a ter novas configurações como: a criminalização das lideranças; a retomada das terras pelas pessoas que já foram expropriadas; e, sob o discurso “verde”, diversas comunidades vêm sendo forçadas a se retirar de suas localidades para a implementação de ZPECs. Com a pandemia essas práticas permaneceram ameaçando as comunidades cada vez mais em situação de risco.

Esse processo de expropriação/apropriação dos bens comuns da natureza, intensificados após o golpe de Estado de 2016 e aprofundados com a pandemia, revela que o capitalismo nada mais tem a oferecer à humanidade, a não ser miséria e destruição. Por isso, é de fundamental importância fortalecer a luta pela vida construída pelas comunidades tradicionais que vivem onde hoje é Suape. Este artigo foi escrito durante um momento crítico da pandemia do COVID-19, sobretudo no Brasil, país em que o governo Bolsonaro pouco tem feito para frear a transmissão do vírus. Portanto, diversos são os indicativos sobre a urgência em construir outra forma de sociabilidade pautada no ecossocialismo, sistema que torna possível manter a terra para as futuras gerações, onde não só sobreviveremos, mas coexistiremos de modo menos destrutivo, racionalmente com a natureza.

## **Referências**

ALVES, G. **Brasil; a catástrofe** (parte 1). 2019. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2019/06/18/brasil-a-catastrofe-parte-1/>>.

ANDERSON, P. **Brasil à parte (1964-2019)**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARICÓ, J. **Marx y América Latina**. Ver. Nueva Sociedad. Nro, 66, mayo-junio, 1983.

**BOLETIM INFORMATIVO MENSAL - FÓRUM SUAPE** (2016, 2017, 2018, 2019, 2020). Disponível em: <<https://forumsuape.blogspot.com/p/boletins-informativos.html>>. Acessado em: 28 de Nov de 2020.

BRUCKMANN, M. **Ou inventamos ou erramos: a nova conjuntura latino-americana e o pensamento crítico.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.

**BRASIL.** Projeto de Lei 4567/2016. Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para facultar à Petrobras o direito de preferência para atuar como operador e possuir participação mínima de 30% (trinta por cento) nos consórcios formados para exploração de blocos licitados no regime de partilha de produção. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2078295>>. Acessado em: 01 de fev.

BORÓN, A. PRÓLOGO. In: ROSENAMNN, M. R. **Tiempos de oscuridad: historia de los golpes de estado em América Latina.** Akal, Pensamento Crítico, nº 26, 2013.

CÁCERES, L. Z. **Honduras, o golpe de Estado e a luta pelos territórios: a luta do povo Lenca.** Revista Margem Esquerda, 2017.

CONAQ, 2020. **Observatório da Covid-19 nos Quilombos.** Disponível em: <<https://quilombosemcovid19.org/>>; Acesso em 06/10/2020.

CORTÉS, M. El Leviatán criollo: elementos para el análisis de la especificidade del Estado em América Latina. In: REY, M. T (Editora). **El Estado em América Latina: continuidades y rupturas.** CLACSO: Santiago de Chile, 2012.

CPT. **Relatório Conflitos no Campo Brasil.** 2019. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/summary/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14195-conflitos-no-campo-brasil-2019-web>>. Acessado em: 28 de fev de 2021.

DEMIER, F. **Crônicas do caminho do caos: democracia blindada, golpe e fascismo no Brasil atual.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

FERREIRA, C. M. **Posicionamentos e estratégias sindicais no contexto dos conflitos do trabalho em SUAPE: uma expressão da nova morfologia do sindicalismo brasileiro nos anos 2000.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2018.

FOSTER, J. B. **La Ecología de Marx: materialismo y naturaleza.** Espanha: Monthly Review Press, 2005.

GARCIA, A. S. **Investimentos da China no Brasil, África do Sul e Índia: arranjos institucionais, atores e impactos.** Rio de Janeiro: Act!onaid Brasil, 2018.

GRUPPI, L. **Tudo começou com Maquiavel.** Porto Alegre: L&PM, 1996.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2006.

\_\_\_\_\_. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011

MARX, K. 1818-1883. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, M. B. **A classe trabalhadora**: de Marx ao nosso tempo. São Paulo: Boitempo, 2019.

NICOLAV, Vanessa. **O que passou na “boiada” de Ricardo Salles durante a pandemia?** Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/06/09/o-que-passou-na-boiada-de-ricardo-salles-durante-a-pandemia>>; Acesso em: 08/10/2020.

PERNAMBUCO. Governo do Estado. Lei n. 15.932. Recife, 30 nov. 2016. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=25506>>.

PERNAMBUCO. Governo do Estado. Lei n. 16.582. Recife, 17 jun. 2019. Disponível em: <<https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=46002&tipo=TEXTTOORIGINAL>>.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. 23ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

**RELATÓRIO Complexos Industriais e Violações de Direitos**: o caso de Suape – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros – Relatório da Missão de Investigação e Incidência. Curitiba: Plataforma DHESCA Brasil, 2018. Disponível em: <[https://fase.org.br/wp-content/uploads/2018/12/relatorio\\_suape\\_WEB\\_v3.pdf](https://fase.org.br/wp-content/uploads/2018/12/relatorio_suape_WEB_v3.pdf)>.

ROSENMANN, M. R. **Tiempos de oscuridad**: historia de los golpes de estado em América Latina. Akal, Pensamento Crítico, nº 26, 2013.

SANTOS, F. L. B. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)**. São Paulo: Elefante, 2018.

SILVA, R. G. O. **“O Estado nunca se vê, mas aparece sempre a tirar-nos as nossas coisas”**: o papel do Estado no processo de expropriação das comunidades impactadas pelo Complexo de Suape. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2020.

SVAMPA, M. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? In: DILGER, G; LANG, M; FILHO, J. P. **Descolonizar o imaginário**: debater sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

TERRA DE DIREITOS, 2020. **Para exigir do governo medidas de proteção à Covid-19, quilombolas ajuízam importante ação no STF**. Disponível em: <<https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/para-exigir-do-governo-medidas-de-protecao-a-covid19-quilombolas-ajuizam-importante-acao-no-stf/23466>>; Acesso em 06/10/2020.

WEFFORT, F. C. **Os clássicos da política**: Burke, Kant, Hegel, Tocqueville, Stuart Mill, Marx. São Paulo: Editora Ática, 1989.